

LAZERES E TEMPOS LIVRES, ENTRE OS ÓCIOS DESEJADOS E OS NEGÓCIOS NECESSÁRIOS

José Clerton de Oliveira Martins¹

RESUMO: Os estudos sobre o lazer, o tempo livre e o ócio no Brasil, frente às retomadas dos referidos termos pelo enfoque psicológico, nos orientam a algumas reconfigurações sobre as referidas palavras, seus conceitos e principalmente sobre o que os sujeitos realizam em sua experiência existencial. Desta forma, este artigo convoca reflexões ampliadas frente ao que vem se observando no campo empírico a partir do viés da psicologia, antropologia e filosofia. Desta forma, aqui tratamos dos termos a partir da apreensão de uma realidade contemporânea complexa que aporta em suas características a liquidez, o apressamento da temporalidade social e o consumismo. Assim, guiados pela questão “o que é lazer no Brasil?”, “o que significa “livre” ao tomarmos um certo recorte do tempo social?” e “o que é ócio?”, apreendido a partir das ampliações que os novos estudos vem apontando, seguiu-se uma busca a partir de obras de autores relevantes e oferecemos apreensões para discussões.

PALAVRAS-CHAVE: ócio, lazer, tempo livre, contemporaneidade.

ABSTRACT: The studies about recreation, free time and leisure re-taken by psychological focus guide us to some reconfigurations on those words, concepts, and especially on the subjects held in their existential experience. Thus, this article calls enlarged reflections in front of what has been observed in the empirical field from the bias of psychology, anthropology and philosophy. Accordingly, here we treat the terms from the apprehension of a complex contemporary reality that brings in their liquidity characteristics, the expediting social temporality and consumerism. Therefore, guided by the question, “what is recreation in Brazil?”, “what does “free” mean when making a certain cut of social time?” and “what is leisure?” apprehended from the expansions that new studies have pointed out, so from these indicators followed a search from relevant authors works and from them we offer apprehensions for future discussions.

KEYWORDS: leisure, recreation, free time, contemporaneity.

¹ Doutor em Psicologia pela Universidad de Barcelona. Pós-doutorado em Estudios de Ócio pela Universidad de Deusto. Professor Titular da Universidade de Fortaleza.
E-mail: jclertonmartins@gmail.com

Sabe-se que nas sociedades pré-industriais, as atividades lúdicas, hoje atribuídas ao lazer, estavam ligadas ao culto, à tradição, às festas etc. Não existia de fato um “lazer” enquanto atividade praticada no “tempo liberado”, pois a todo momento os sujeitos tomavam para si um engajamento na ludicidade criativa presente em todas as suas ações, que ao mesmo tempo seriam de integração, trabalho e formação pessoal. Assim, as atividades de trabalho envolviam algo da ordem do lúdico e eram perpassadas pelo prazer criativo.

Nessas sociedades, o trabalho integrava elaborações naturais do cotidiano e nele estavam contidas diversões, brincadeiras, a questão do jogo e assim por diante; o tempo subjetivo e o tempo de trabalho possuíam intrínsecas relações. Vale ressaltar que, ainda hoje, em sociedades e grupos culturais nos quais a industrialização não foi hegemônica, esse viés do caráter lúdico e criativo (que atualmente se associa às práticas de lazer) ainda se faz presente em atividades laborais, que não compõem o modelo industrial clássico de produção.

Como dito anteriormente, o termo tempo livre pressupõe diretamente uma alusão a um tempo de “não-liberdade”, ao qual se opõe por definição. “Tempo livre de quê?”, poderíamos perguntar. Na realidade, a denominação de tempo livre, apesar de ser considerada desde os antigos gregos, adquire relevo a partir de sua oposição à concepção moderna de trabalho. A noção de um tempo livre de trabalho conduz a uma ideia negativa deste último, ou seja, faz sobressair o caráter impositivo da atividade laboral. Nessa perspectiva, o tempo livre reduz-se a uma referência temporal objetiva e implica uma divisão da unidade do tempo.

De acordo com Dumazedier (1979), no período pós-industrial, o que passa a ser considerado lazer é exercido à margem das obrigações sociais, em um tempo que se relaciona a uma liberação dessas obrigações. O lazer surge nesse contexto, nesses tempos, como um âmbito destacado para o descanso e a retomada das forças laborativas, voltado para o desenvolvimento da personalidade (em termos utilitaristas) e para a diversão.

O sociólogo Renato Requixa compreendeu lazer como “uma ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vivencia e cujos valores propiciam condições de recuperação e de desenvolvimento pessoal e social” (1977, p. 11). Na sua compreensão, o autor resalta que o ambiente urbano industrial permitiu que o trabalhador fosse dispendo de um tempo liberado com tendências a aumentar. Entende-se que sua análise se faz importante para o pensamento sobre o lazer no Brasil, pois o orienta rumo à compreensão de que o tempo livre é um elemento indispensável para o desenvolvimento do lazer e do ser humano.

Marcellino (1983) apoia seu raciocínio nas teorias de Dumazedier e mostra o lazer como uma atividade desinteressada, sem fins lucrativos, relaxante, socializante e liberatória. Para este autor, a democracia política e

econômica é condição básica, ainda que não suficiente, para a verdadeira formação de uma cultura popular e para a eliminação das barreiras sociais que inibem a criação e a recriação das práticas culturais vigentes.

Ainda a partir dos pressupostos de Dumazedier, Camargo (1989) define o conceito de lazer como um conjunto de atividades que devem reunir certas características, tais como gratuidade, prazer, voluntariado e libertação, centradas em interesses culturais, físicos, intelectuais, artísticos e associativos, todas elas realizadas no tempo livre, entendendo por livre, como aquele liberado ou conquistado, historicamente, sobre a jornada de trabalho profissional e doméstica, que interfere no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos.

Nas definições supracitadas, observa-se que o caráter libertador do lazer é resultado da livre escolha do indivíduo – embora ela não exista de forma absoluta e plena, uma vez que a livre escolha está demarcada por condicionamentos diversos, sobretudo socioeconômicos.

Novos investigadores surgem elaborando abordagens críticas aos estudos do lazer no Brasil, explicitando a necessidade de visualizarmos o fenômeno como fruto de um processo socioeconômico específico da realidade brasileira, chamando a atenção, ainda, para a premência de se observar o lazer enquanto elaboração social, orientado por relações de trabalho, capital e dominação (AQUINO; MARTINS, 2007).

Dentro destas perspectivas, Mascarenhas (2005) nos apresenta algumas observações contundentes sobre as apropriações do lazer pelo capital:

(...) o fato é que tendencial e predominantemente o que [o lazer] constitui mesmo é uma mercadoria cada vez mais esvaziada de qualquer conteúdo verdadeiramente educativo, objeto, coisa, produto ou serviço em sintonia com a lógica hegemônica de desenvolvimento econômico, emprestando aparências e sensações que incitam o *frenesi* consumista que embala o capitalismo avançado. (...) o que estamos querendo dizer é que num movimento como nunca antes se viu o lazer sucumbe de modo direto e irrestrito à venalidade universal. A mercadoria não é apenas uma exceção no mundo do lazer como antes, mas sim a regra quase geral que domina a cena histórica atual (p. 141).

As elaborações conceituais do lazer no Brasil trazem consigo uma característica peculiar: evidenciam os processos históricos de desenvolvimento industrial do país, que revelam hoje comportamentos surgidos ainda em um cenário de colônia escravagista. Essas elaborações conceituais explicitam que o panorama industrial brasileiro – e, conseqüentemente, a relação patrão-empregado – apoia-se em práticas configuradas desde as relações senhor-escravo, que disciplinavam e controlavam o tempo livre dos subordinados.

Nesta perspectiva, Marcassa (2002) demarca que o lazer surge no cenário do chamado desenvolvimento industrial brasileiro associado à

tradição colonial, convocando para si todo tipo de intervenção e controle, submetido a um modelo de condenação moral que busca ajustar o antigo modo de vida às exigências da produção capitalista.

Em suma, a forma de se pensar e elaborar o lazer nesses tempos representa um processo de institucionalização da vida cultural que influenciou a compreensão do que é tempo livre e lazer no âmbito brasileiro. A postura de controle sobre o tempo liberado dos ambientes do trabalho fomentou a formação dos trabalhadores para a disciplina do trabalho formal. Assim, enquanto o lazer no Brasil nasce sob a égide do tempo liberado do trabalho – e não “livre” em termos subjetivos – o ócio representa neste contexto disciplinador o lugar dos vícios e pecados, da preguiça, da vadiagem e de toda sorte de liberdade marginal.

Levou algum tempo para que o ócio pudesse sair do âmbito da preguiça e passar a representar algo maior, que integra a dimensão do liberatório, do gratuito, do hedonismo e do pessoal, sendo tais fatores não condicionados inteiramente pelo lado social, e sim pelo modo como cada um apreende-os para si, enquanto experiência recriadora – muito embora, desde sempre, a Antiguidade mítico-erótica revelasse tais potencialidades.

A palavra ócio deriva do latim, *otium*, que significa o fruto das horas vagas, do descanso e da tranquilidade, carregando consigo o sentido de ocupação suave e prazerosa. Porém, como o ócio abriga a ideia de repouso, parada desejada, momento para deixar vagar os pensamentos, foi fácil confundi-lo com ociosidade nas sociedades que atribuíram ao trabalho um caráter divino – ou, de maneira mais espiritual, uma forma de adorar a Deus. Essa compreensão do ócio como atividade nociva é totalmente oposta ao que se propaga sobre o ócio enquanto contemplação (nas culturas helênicas, principalmente), além de estar impregnada da mentalidade puritana, na qual o ócio carregou por muito tempo o título de “pai de todos os vícios”.

Dessa forma, o trabalho se reafirma como fonte de todas as virtudes, e, conseqüentemente, a jornada de trabalho aumentaria de maneira assustadora, gerando assim descompensações psicossomáticas na grande maioria das pessoas, conforme defendem Paul Lafargue e Bertrand Russell, críticos da mistificação do trabalho e de seu excesso desnecessário (AQUINO; MARTINS, 2007).

O conceito de ócio na atualidade tem sido fonte de polêmica no Brasil. As traduções orientam equívoco. As apropriações específicas sobre o que cada termo aplicado orienta também são âmbitos de apreensões impróprias. Exemplificando tal situação, falamos das situações frequentes das traduções para o português do Brasil da palavra em espanhol, *ocio*, traduzida de forma generalizada por lazer no Brasil.

Considerando que tal situação é geradora de equívocos na compreensão dos termos ócio e lazer, inclusive no âmbito latino-americano, no qual

todas as possibilidades culturais de ócio não equivalem a todos os contextos de apreensão, as questões sobre atividade e experiência podem definir encaminhamentos mais sociais ou subjetivos.

Trata-se do que ocorre na tradução de obras de autores espanhóis para o português, tradução esta que generaliza o termo *ocio* (espanhol) pelo termo *lazer* (português). É interessante esclarecer que em língua espanhola não existe a palavra *lazer*, e o termo que dela mais se aproxima é, simplesmente, *ocio*. No entanto, no Brasil, a palavra portuguesa *ócio* abrange algo além do que o que chamamos de *lazer* e não é apenas “ociosidade”.

Voltando ao tema, enquanto os brasileiros possuem duas palavras distintas que carregam significados também distintos, mas que resguardam aproximações, os espanhóis lidam com uma única palavra, *ocio*, que carrega em si várias particularidades, incluindo as características de nosso *lazer*. Daí na Espanha serem comuns adjetivos que caracterizam o tipo de ócio ao qual se quer se referir: *ócio comercial*, *ócio consumista*, *ócio autotélico*, *ócio exotélico*, *ócio nocivo* etc.

No Brasil, o termo *ócio* sempre esteve ligado à sua significação negativa por conta de questões culturais que nos envolvem, sobretudo quando, no senso-comum, equivale a “ociosidade”. Apenas recentemente descobriu-se a outra face da palavra, como lugar de criação, âmbito do pensamento criador e transformação subjetiva e social. Na língua portuguesa, a categorização e a distinção entre *ócio* e *lazer* sugerem cuidados a fim de evitar generalizações superficiais capazes de comprometer os significados revelados, principalmente, na experiência subjetiva.

Dentro do que foi revisitado aqui, consideramos que o tempo livre, tal como o concebemos hoje, adveio da natureza cronológica que atinge seu apogeu na sociedade pós-industrial. Ou seja, é da liberação do tempo de trabalho que elaboramos a ideia do chamado tempo livre. Nessa concepção, o tempo livre é originário, tomado, suprimido da liberação de obrigações externas; em outras palavras, é o próprio tempo de trabalho, que de livre nada possui.

A popularização da expressão “*ócio criativo*” no Brasil, a partir do trabalho do sociólogo italiano Domenico De Masi, incitou possibilidades novas sobre a palavra e o conceito de *ócio*, o que fomentou discussões e estudos sobre as apropriações do termo, talvez motivados pelo aparente paradoxo: como algo que é compreendido como *ociosidade* (lugar da inação) pode ser *criativo*?

A ideia do “*ócio criativo*” como um modelo a ser perseguido por pessoas e organizações, na busca de um modo de viver e trabalhar criativamente a partir da redução do tempo de trabalho – descentralização da empresa como lugar de trabalho –, correu o Brasil, e logo questões sobre esse novo/velho conceito explodiram em discussões que ecoam até agora. A inserção do pretencioso “*ócio criativo*” no cenário brasileiro fez

com que se retomassem as apropriações sobre o ócio de um modo geral, e essas reflexões apontaram alguns aspectos interessantes. Por exemplo, diferentemente do ócio, que carrega como valor em si (autonomia subjetiva, livre escolha, autotelismo etc.), o ócio criativo de De Masi alberga em sua possibilidade não ser nem compensação escapista às insatisfações do trabalho, nem ser instrumento para a recuperação da força de trabalho. Enfim, o ócio criativo parece ser o próprio trabalho, numa versão que convoca elementos retirados da ação de trabalhar produtivamente, tais como criatividade, ludicidade ou flexibilidade nas formas para exercê-lo.

Tais proposições nos fazem repensar sobre as possibilidades de novas construções sobre o ócio numa contemporaneidade consumista, apressada e acelerada. Ou seja, o fato de o trabalho realizado no âmbito de alguma autonomia ser confundido com ócio convoca alguns posicionamentos mais cuidadosos.

ÓCIO INTEGRA A CONDIÇÃO DE SER

Encontramos em Cuenca (2003) a afirmação de que o ócio não deve ser identificado com o tempo livre, uma vez que este último não define a experiência humana em si. A identificação que se produziu entre ócio e tempo livre é produto dos estudos da sociologia do trabalho, difundidos de forma ampla, dissociados das outras possibilidades de apropriações às quais esta categoria está exposta. Tal fato dificultou a compreensão do ócio, pois a sociologia do trabalho não contempla a percepção psicológica.

Assim, não podemos afirmar *a priori* que no tempo liberado das obrigações reside experiências de ócio. A categoria tempo livre é um indicativo de condição livre impressa e percebida pelo próprio sujeito, onde quer que ele se encontre, qualquer que seja a situação em que está inserido. A expressão “tempo livre” se torna importante nessa relação por causa da palavra livre, que sugere um exercício humano voluntário de identidade, desejo, reconhecimento e autorreconhecimento. A partir desses enfoques psicológicos, o ócio vem sendo definido como “liberdade de e para” (CUENCA, 2003).

É possível distinguir uma experiência comum de uma verdadeira experiência. Larrosa (2002) e Cuenca (2003) nos mostram que a experiência comum se relaciona com qualquer ação da vida cotidiana, incluindo nossas rotinas, nas quais tudo acontece e nada nos toca, dada a ausência de sentido dessas atividades trivializadas.

Em suas pesquisas, Csikszentmihalyi & Csikszentmihalyi (1998) consideram que a experiência ótima seria marcada por uma sensação de plenitude e integração percebida entre o sujeito e o ambiente, na qual o próprio indivíduo se confunde com o meio, mergulhando em uma espécie de fluxo mental caracterizado pelo prazer e pela sensibilidade aflorada.

REFLEXÕES FINAIS

A partir do apreendido, inferimos que na contemporaneidade o tempo convém ser considerado uma ideia polissêmica. Em assim sendo, deveríamos pensá-lo não apenas como uma variável mensurável e quantificável, mas sim como possibilidade relativa e subjetiva.

Para além de sua elaboração com base nas apreensões externas sistematizadas a partir de instituições sociais, legais, etc., conceitos e palavras, tais como ócio, tempo livre e lazer, convocam em si diferentes significações a partir das vivências humanas que revelam possibilidades outras.

Nesta conjectura, e tomando os termos aqui tratados, ócio, tempo livre e lazer como algo inerente à existência, percebemos que persiste no tempo presente um sujeito desejoso de vida, de protagonismo, presença e ação e que tal possibilidade representa um pensamento alinhado ao afã desse sujeito contemporâneo – não obstante, um sujeito exausto, imerso em um “consumir frenético, dado que o sentido de ser, nos apelos contemporâneos está projetado em coisas e perdido no mundo das coisas, segue em busca de um tempo a ser impresso por si mesmo, pleno de si, carregado de sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUINO, C. A.; MARTINS, J. C. *Ócio, lazer e tempo livre na sociedade de consumo e do trabalho*. Revista Mal-Estar e Subjetividade, n.2, v.7, p. 479-500, 2007.
- BAUMAN, Z. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BERIAÍN, J. *Aceleración y tiranía del presente. La metamorfosis em las estructuras temporales de la modernidad*. Barcelona: Anthropos, 2008.
- CAMARGO, L. O. *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CSIKSZENTMIHALYI, M. & CSIKSZENTMIHALYI, S. *Experiencia Optima: Estudios psicológicos del flujo em la consciência*. Bilbao: Descleer de Brower, 1998
- CUENCA, M. C. *Ocio humanista, dimensiones y manifestaciones actuales del ocio*. Documentos de Estudios de Ocio, s/n, v.16. Bilbao: Instituto de Estudios de Ocio/ Universidad de Deusto, 2003.
- DE MASI, D. *O Ócio Criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- _____. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- LARROSA, J. *Notas sobre a experiência e o saber da experiência*. Revista Brasileira de Educação, s/n, vol.19, p. 20-28, 2002.
- LIPOVETSKY, G. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. Lisboa: Edições 70, 2007.
- MARCASSA, L. *A invenção do lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888-1935)*. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil, 2002.

- MARCELLINO, N. C. *Lazer e humanização*. Campinas: Papirus, 1983.
- MARTINS, J.C.O.; BAPTISTA, M.M. *O Ócio nas Culturas Contemporaneas: Teorias e Novas Perspectivas em Investigação*. Coimbra/Portugal: Gracio Editor, 2013.
- MASCARENHAS, F. *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer*. 2005. Tese (Doutorado em Educação Física), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil, 2005.
- MUNNÈ, F. *Psicosociología del tiempo libre: um enfoque crítico*. México: Trilhas, 1980.
- REQUIXA, R. *O lazer no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- RUSSELL, B. *O elogio ao ócio*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.